Relatório e Contas

30 junho 2026



Santander Obrigações 2027

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações

Santander Asset Management

Índice

1. Relatório de Gestão 3

1.1. Enquadramento macroeconómico 3
1.2. Política de investimento 8
1.3. Informações relativas ao regulamento (ue) 2019/2088 8
1.4. Evolução das unidades de participação 9
1.5. Performance 9
1.6. Custos e proveitos 10
1.7. Demonstração do património 11
1.8. Evolução dos ativos sob gestão 11
1.9. Valorimetria 11
1.9.1. Valores mobiliários 11
1.9.2. Instrumentos do mercado monetário 12
1.9.3. Instrumentos derivados 13
1.9.4. Câmbios 13
1.10. Remunerações atribuídas 13
1.11. Política de voto 14
1.12. Erros de valorização 14
1.13. Eventos subsequentes 14

2. Relatório de Auditoria 16

3. Balanço do Santander Obrigações 2027 - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações referente ao período findo em 30 de junho de 2026 20

4. Demonstração dos Resultados do Santander Obrigações 2027 - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações referente ao período findo em 30 de junho de 2026 23

5. Demonstração dos Fluxos de Caixa do Santander Obrigações 2027 - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações referente ao período findo em 30 de junho de 2026 25

6. Divulgações às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026 27

1. Relatório de Gestão

1.1. Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

O início do semestre ficou marcado por um contexto geopolítico exigente, com impacto relevante nos mercados financeiros. Janeiro arrancou com a detenção do Presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, por forças norte-americanas, o que levantou preocupações quanto ao mercado petrolífero, tendo em conta que a Venezuela detém cerca de 17% das reservas globais, segundo a Agência Internacional de Energia (AIE). Ainda assim, a reação dos mercados foi limitada, focada em ativos venezuelanos e algumas empresas de energia nos EUA.

Mais tarde, a crescente especulação sobre um possível ataque dos EUA ao Irão levou o *Brent* a terminar janeiro acima dos 70 dólares por barril. Declarações de Donald Trump — incluindo o cancelamento de contactos diplomáticos a 13 de janeiro, notícias sobre movimentações na base militar de Al Udeid no Qatar e, mais tarde, a referência a uma "armada maciça" a dirigir-se ao Irão — sustentaram a subida. No final do mês, o *Brent* acumulava uma valorização de +16,2%, o maior aumento mensal desde janeiro de 2022.

Outro foco de tensão foi a Gronelândia. Após Trump ter afirmado, a 14 de janeiro, que os EUA necessitavam da região por razões de segurança nacional, seguiu-se a ameaça de tarifas de 10% sobre vários países europeus a partir de 1 de fevereiro (subindo para 25% em junho), caso não fosse alcançado um acordo. Este enquadramento levou a um movimento de aversão ao risco, com o S&P 500 a recuar -2,1% numa sessão. Contudo, a 21 de janeiro, Trump recuou nas tarifas e referiu progressos num enquadramento de acordo, permitindo uma recuperação dos mercados. O S&P 500 voltou a máximos históricos a 27 de janeiro e encerrou o mês com um ganho +1,4%.

A Fed esteve também sob atenção, após o início de uma investigação criminal pelo Departamento de Justiça dos EUA, reacendendo preocupações quanto à independência do banco central. Este contexto favoreceu os metais preciosos, com o ouro a valorizar +13,3% em janeiro, o melhor desempenho mensal desde setembro de 1999. O metal atingiu um máximo intradiário histórico de 5.595 dólares por onça a 29 de janeiro, antes de corrigir para 4.894 dólares no final do mês, incluindo uma queda diária de -8,95% a 30 de janeiro. Em paralelo, o índice do dólar recuou -1,4% em janeiro, registando a maior queda em quatro dias desde abril do ano passado, estabilizando posteriormente após a reafirmação da política de "dólar forte" pelo Secretário do Tesouro dos EUA.

Apesar da volatilidade, os ativos de risco apresentaram um desempenho positivo, apoiados por dados económicos robustos. Nos EUA, o *ISM* dos serviços subiu para 54,4 pontos (máximo de 14 meses) e a taxa de desemprego recuou para 4,4%. Na Zona Euro, a inflação ficou abaixo do esperado, reforçando expectativas de cortes de taxa adicionais pelo BCE, enquanto o crescimento do 4.º trimestre surpreendeu em alta (+0,3%). Assim, a maioria dos principais índices acionistas globais terminou o mês em terreno positivo.

No Japão, o anúncio de eleições antecipadas levou a uma subida acentuada das *yields*. A *yield* da obrigação a 30 anos atingiu 3,86% a 20 de janeiro (máximo histórico), encerrando o mês em 3,63%, enquanto a *yield* a 10 anos chegou a 2,35% (máximo desde 1999) e terminou em 2,24%. Apesar do recuo final, as subidas mensais foram significativas (+24 pb e +18 pb, respetivamente). O Banco do Japão manteve as taxas inalteradas, mas adotou um tom mais restritivo.

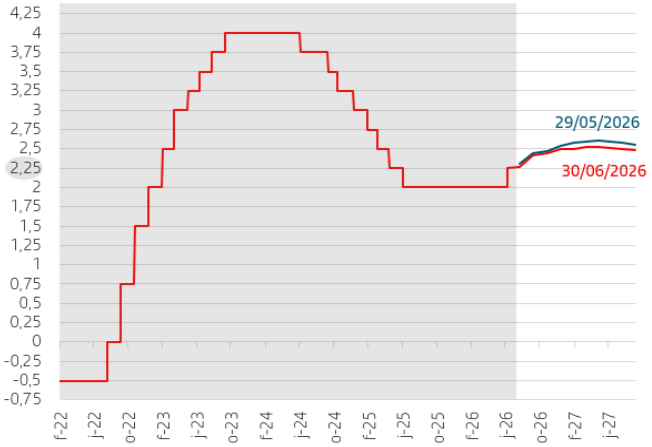
Em fevereiro, os mercados financeiros registaram, em geral, um desempenho positivo, sustentado por dados macroeconómicos resilientes, apesar de elevada volatilidade geopolítica e política. A escalada de tensões no final do mês, com o início de ataques dos EUA e Israel ao Irão a 28 de fevereiro, não se refletiu totalmente na performance mensal, embora a antecipação desses eventos tenha impulsionado o petróleo.

No plano geopolítico, a especulação em torno do conflito no Irão levou o *Brent* a subir 2,5% para 72,48 $/barril, atingindo um máximo de sete meses. Em paralelo, o Supremo Tribunal dos EUA considerou inconstitucionais parte das tarifas impostas ao abrigo do *International Emergency Economic Powers Act* (IEEPA), levando à introdução de uma tarifa global de 10% por 150 dias, aumentando a incerteza comercial.

Em termos macroeconómicos, os dados dos EUA surpreenderam positivamente: o relatório de emprego de janeiro mostrou a maior criação mensal de postos de trabalho desde dezembro de 2024 (+130 mil), e o *ISM* indústria atingiu o nível mais elevado desde 2022. Contudo, a inflação PCE acima do esperado reduziu a probabilidade de um corte de taxas pela Fed até junho (de 87% para 64%), contribuindo para ajustamentos nas expectativas de política monetária.

Ao nível das classes de ativos, destacou-se o forte desempenho dos metais preciosos: o ouro subiu 7,9% (7.º mês consecutivo de ganhos, o melhor ciclo desde 1973) e a prata valorizou 10,1%. As obrigações soberanas também beneficiaram, com a *yield* dos *Treasuries* a 10 anos a cair 30 pb (para 3,94%), a maior descida mensal em um ano, proporcionando um retorno de 1,9%. Na Europa, as *yields* alemãs recuaram 20 pb.

BCE: expectativas da taxa Depo com base nos Forwards €STRN



Fonte: Bloomberg e cálculos SAM 30/06/2026

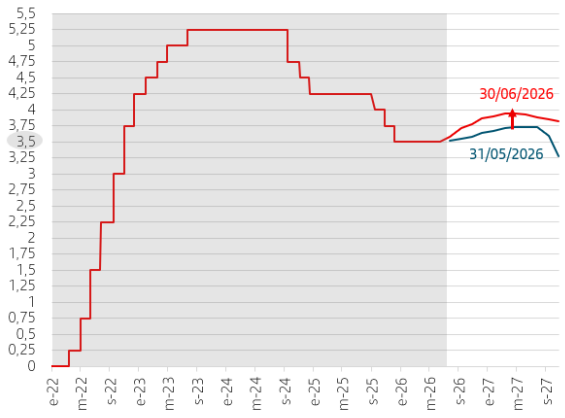
Nas ações, verificou-se uma divergência regional. O STOXX 600 subiu 3,9% (oitavo mês consecutivo de ganhos) e o Nikkei avançou 10,4% para novo máximo histórico. Já o S&P 500 caiu 0,8%, penalizado pela queda de 7,3% das "Magnificent 7" e de 8,9% no setor de software, num contexto de novas ferramentas de IA e resultados da Nvidia abaixo das expectativas mais elevadas. Entre os ativos mais penalizados estiveram ainda o gás natural nos EUA (-34,3%) e a Bitcoin (-14,7%).

Globalmente, fevereiro combinou resiliência económica, forte performance fora dos EUA e crescente incerteza geopolítica, num enquadramento de ajustamento das expectativas quanto à política monetária.

Março foi dominado por um choque energético e inflacionista, desencadeado pela escalada do conflito no Irão, o que levou a uma forte reavaliação de risco nos mercados globais.

Os preços do petróleo registaram subidas históricas, com o Brent a aumentar 63,3% para 118,35$/barril e o WTI 51,3% para 101,38$/barril. Em resposta à disrupção da oferta, a AIE anunciou a 11 de março a libertação de 400 milhões de barris de reservas estratégicas, sublinhando a magnitude do choque.

Fed: Expectativas sobre a taxa Fed Funds (limite inferior)



Fonte: Bloomberg e cálculos SAM 30/06/2026

O impacto desse aumento foi imediato nas expectativas de inflação e política monetária. Nos EUA, o *swap* de inflação a 1 ano subiu para 3,20% (+69 pb) e as *yields* a 10 anos aumentaram 38 pb para 4,32%, o maior movimento mensal desde 2024. A Fed manteve as taxas (3,50%-3,75%) a 18 de março, mas reviu a inflação de 2026 para 2,7%, enquanto o mercado reduziu expectativas de cortes para apenas 7 pb até final do ano.

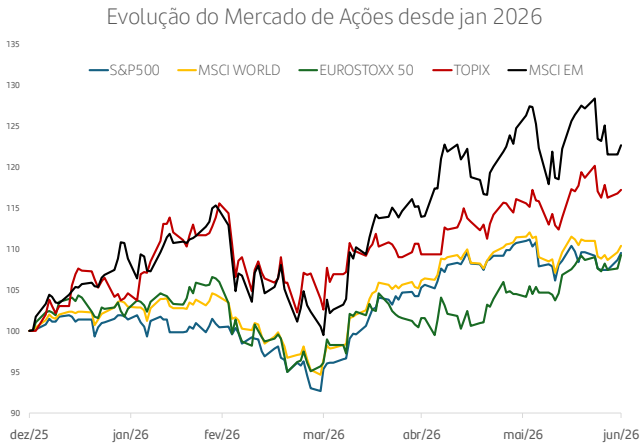
Na Europa, o movimento foi mais expressivo, com os mercados a anteciparem 71 pb de subidas do BCE até dezembro. O BCE, na reunião de 19 de março, destacou riscos inflacionistas acrescidos e

crescimento mais fraco, com projeções de 2,6% de inflação e 0,9% de crescimento.

Este enquadramento acabou por pressionar os ativos de risco. As ações registaram quedas generalizadas nas bolsas globais: O S&P 500 caiu -5,0%, o STOXX 600 -7,5%, e o Nikkei -12,7%. O crédito também corrigiu, com *Investment Grade* EUR a desvalorizar -2,3%, e o *Investment Grade* USD -1,8%. Já o *High Yield* dos EUA desvalorizou -1,0% da Europa -2,5%. Contudo, a subida de *spreads* foi mais contida, apenas 7 bps em IG EUR, mostrando que o movimento foi apenas o risco de subida de taxa e não da solidez das empresas. Na dívida soberana, destacaram-se perdas de -1,8% nas *Treasuries*, -2,0% nos *Bunds* e -4,3% nos *Gilts*.

Nas matérias-primas, o desempenho foi misto: energia em forte subida, mas metais sob pressão, com ouro a cair -11,6%, prata -19,9% e cobre -6,5%, refletindo preocupações com o crescimento económico global. No mercado cambial, o dólar voltou a ser ativo de refúgio valorizando 2,2% face ao EUR, 1,9% face à Libra e 1,7% face ao Iene enquanto o índice de moedas emergentes caiu -3,3%.

O conflito no Irão dominou a atenção dos mercados em abril, com os desenvolvimentos geopolíticos a impulsionarem movimentos significativos nos preços de todos os ativos. No início do mês, Donald Trump anunciou uma pausa de 10 dias nos ataques a infraestruturas energéticas, mas, à medida que o prazo se aproximava, aumentavam os receios de escalada. Ainda assim, foi posteriormente anunciada uma suspensão dos ataques por duas semanas, o que impulsionou uma forte recuperação dos mercados, reforçada por negociações entre os EUA e o Irão. Apesar de não ter sido alcançado um acordo imediato, persistiram expectativas de resolução do conflito. No dia 17 de abril, o otimismo intensificou-se após indicações de abertura do Estreito de Ormuz e progressos nas negociações, levando o *Brent* a cair para 90,38 $/ barril e o S&P 500 a atingir novos máximos. Contudo, a ausência de avanços concretos e sinais de agravamento das tensões voltaram a pressionar os preços do petróleo na segunda metade do mês, levando o *Brent* a terminar abril em 114,01 $/ barril, refletindo também a perceção de um conflito mais prolongado. A subida dos preços energéticos reforçou as pressões inflacionistas, com os *swaps* de inflação a 1 ano a subirem tanto nos EUA como na Zona Euro, acompanhados por dados de inflação acima do esperado.



Fontes: Santander Asset Management; Bloomberg; LSEG Workstation

O aumento dos riscos de estagflação levou igualmente a uma revisão das expectativas de política monetária, com os mercados a anteciparem uma trajetória mais restritiva por parte dos bancos centrais. Este enquadramento penalizou a dívida soberana, com *yields* a atingirem máximos de vários anos em várias geografias, incluindo Japão, Alemanha e Reino Unido. Nos EUA, a *yield* a 10 anos subiu para 4,37%.

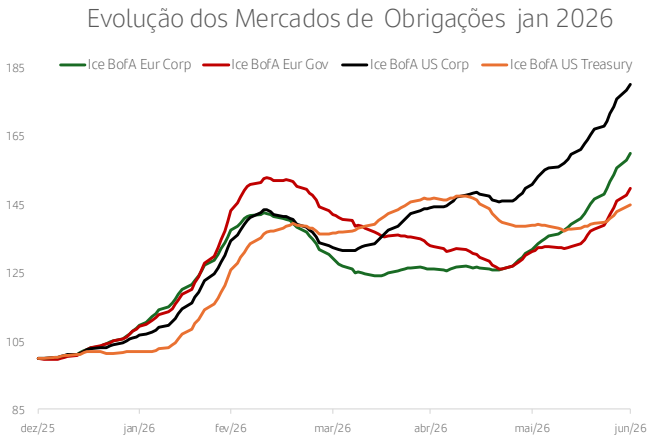
Apesar deste cenário, os mercados acionistas evidenciaram uma elevada resiliência. O S&P 500 registou uma valorização de +10,5%, o melhor desempenho mensal desde novembro de 2020, enquanto o índice de semicondutores de Filadélfia subiu +38,4%. Nos mercados emergentes, o MSCI EM avançou +14,7%, registando o melhor mês desde novembro de 2022.

Os mercados iniciaram maio a subir, impulsionados pela descida do preço do petróleo e pelas expectativas de um possível fim do conflito. A notícia de que os EUA e o Irão estariam próximos de um acordo preliminar alimentou a esperança de um cessar-fogo e de novas negociações nucleares, levando o *Brent* a recuar de 114 para 100 dólares por barril. O sentimento positivo foi reforçado por dados económicos sólidos nos EUA, com a criação de emprego em abril a superar as expectativas.

Contudo, a meio do mês, o otimismo deu lugar a uma maior cautela. Declarações de Donald Trump classificando a proposta iraniana como "totalmente inaceitável" reacenderam receios de escalada do conflito. Sem avanços concretos para a paz e com

o Estreito de Ormuz ainda bloqueado, o petróleo voltou a subir. Em paralelo, uma leitura mais forte da inflação *core* nos EUA aumentou as preocupações com pressões inflacionistas persistentes.

Este contexto levou as *yields* das obrigações soberanas a máximos de vários anos. Nos EUA, a *yield* das *Treasuries* a 30 anos atingiu o nível mais elevado desde 2007, enquanto as *yields* da dívida alemã e japonesa também alcançaram máximos de longo prazo. No Reino Unido, a instabilidade política após perdas eleitorais do Partido Trabalhista pressionou inicialmente a dívida pública, embora o mercado tenha recuperado após sinais de compromisso com as regras orçamentais.



Fontes: Santander Asset Management; Bloomberg; LSEG Workstation

Já na reta final do mês, o sentimento voltou a melhorar. Várias notícias indicaram progressos nas negociações entre os EUA e o Irão, incluindo um possível memorando para prolongar o cessar-fogo e retomar o diálogo sobre o programa nuclear iraniano. Estas perspetivas contribuíram para uma nova descida do petróleo, com o *Brent* a encerrar maio nos 92 dólares por barril, o nível mais baixo em mais de um mês. Os mercados terminaram assim o mês em terreno positivo, com o S&P 500 a acumular sete sessões consecutivas de ganhos e a *yield* das Treasuries a 10 anos a registar sete quedas seguidas pela primeira vez em mais de um ano.

O mês de junho ficou marcado por uma combinação de incerteza geopolítica e resiliência dos fundamentais macroeconómicos. A renovação das tensões entre Israel e Irão provocou uma subida temporária dos preços da energia durante a primeira metade do mês, antes de um acordo diplomático entre os Estados Unidos e o Irão reduzir os receios de interrupções no abastecimento através do Estreito de Ormuz. Como resultado, o *Brent* terminou o mês em torno dos 73 $/barril, próximo dos níveis anteriores ao conflito. Apesar de uma queda de 38,4% no segundo trimestre.

	2025	2026e
PIB EUA	**2,20%**	**2,20%**
Inflação EUA	2,70%	3,30%
PIB Zona Euro	**1,50%**	**0,70%**
Inflação Zona Euro	2,10%	2,80%
PIB Portugal	**1,80%**	**1,90%**
PIB Espanha	**2,90%**	**2,30%**
PIB China	**5,00%**	**4,60%**

Fonte: Bloomberg e cálculos SAM

Nos Estados Unidos, os indicadores económicos continuaram a mostrar-se resiliente, reforçando a expectativa de que as pressões inflacionistas poderiam revelar-se mais persistentes do que anteriormente previsto. A criação média de emprego nos três meses até maio situou-se nos 188 mil postos, enquanto a inflação *core* permaneceu acima do objetivo da Fed. Na reunião de junho, a Fed manteve as taxas de juro inalteradas, mas adotou um tom mais restritivo sob a liderança do novo presidente, Kevin Warsh, levando os mercados a passar de uma antecipação de cortes de taxas no início do trimestre para descontarem novas subidas até ao final do ano. Neste contexto, as *yields* das treasuries norte-americanas aumentaram, para 4,10% a 2 anos e a 4,37% a 10 anos.

Na Europa, o BCE aumentou a taxa de depósito em 0,25%, para 2,25%, na primeira subida desde 2023, justificando a decisão com o alargamento das pressões inflacionistas. No Japão, o BoJ elevou a taxa diretora para 1,00%, embora o iene tenha continuado a depreciar-se. Em contraste com os Estados Unidos, as obrigações soberanas europeias beneficiaram da descida dos preços da energia e de indicadores económicos mais moderados, com a *yield* da obrigação alemã a 10 anos a recuar para 2,91%.

Os mercados acionistas apresentaram desempenhos diferenciados durante o mês. Na Europa, o STOXX 600 valorizou 2,7%, beneficiando da diminuição das tensões geopolíticas e da resiliência da atividade económica. Já nos Estados Unidos, a

volatilidade aumentou à medida que os investidores ajustaram as expectativas para a política monetária, com o S&P 500 a cair -1,0% e o Nasdaq -2,7%, refletindo alguma realização de mais-valias nas grandes empresas tecnológicas. Em contrapartida, outros mercados apresentaram um desempenho robusto, destacando-se o Nikkei 225 (+5,7%). O setor dos semicondutores continuou a beneficiar do investimento associado à inteligência artificial, mantendo-se entre os segmentos com melhor desempenho do mercado.

O dólar norte-americano fortaleceu-se suportado pelo alargamento dos diferenciais de taxas de juro. O EUR/USD depreciou cerca de 1,8%, terminando próximo de 1,14, enquanto o iene continuou a enfraquecer, apesar do endurecimento da política monetária japonesa.

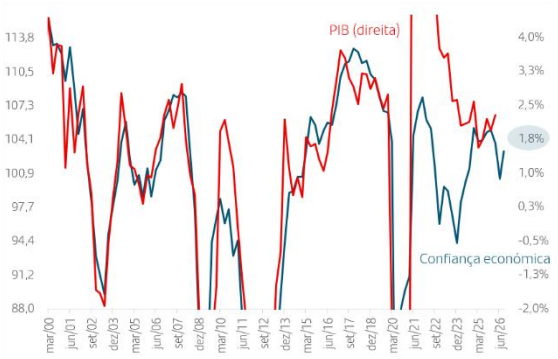
No mercado das matérias-primas, a dissipação do prémio de risco geopolítico e a subida das taxas de juro reais pressionaram os metais preciosos fazendo o ouro recuar 11,7%.

Embora a resiliência da atividade económica continue a suportar os resultados empresariais, a persistência da inflação e a postura mais restritiva dos bancos centrais dominou as atenções do semestre.

Economia Portuguesa

Em junho de 2026, a economia portuguesa mostra uma melhoria gradual do clima de confiança após a deterioração provocada pelas tensões geopolíticas e pelo encarecimento da energia durante os meses anteriores. A recuperação dos indicadores de sentimento empresarial e dos consumidores sugere que o impacto mais intenso do choque externo começa a dissipar-se, colocando novamente Portugal entre as economias com melhores níveis de confiança da Zona Euro. Este comportamento continua a ser compatível com um crescimento positivo da atividade, embora previsivelmente mais moderado do que em exercícios recentes. A evolução da confiança é especialmente relevante porque condicionará a capacidade do setor privado de transformar expectativas mais favoráveis em maiores decisões de investimento e contratação, um aspeto-chave para sustentar o crescimento num contexto europeu ainda marcado por uma procura externa contida.

Portugal: confiança económica e PIB (YoY)

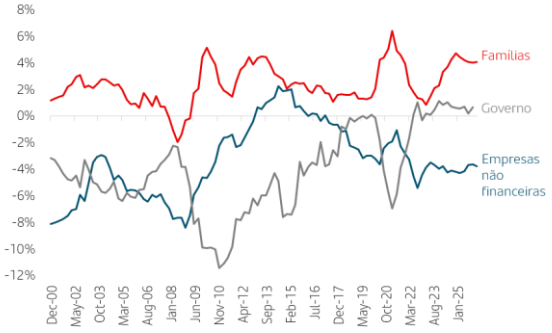


Fontes: Santander Asset Management; Bloomberg; LSEG Workstation

De uma perspetiva estrutural, a economia portuguesa continua apoiada em fundamentos relativamente sólidos, especialmente pela solidez financeira das famílias e por uma posição orçamental que continua a destacar-se favoravelmente face à maioria dos países da união monetária. No entanto, o principal foco de vulnerabilidade concentra-se no setor empresarial, cuja necessidade de financiamento permanece elevada.

Esta circunstância poderá limitar a capacidade de investimento se as condições financeiras continuarem restritivas ou se a incerteza internacional voltar a aumentar. Neste contexto, a combinação de uma recuperação da confiança com uma melhoria progressiva da situação financeira das empresas será determinante para consolidar um crescimento sustentável. Convém acompanhar, além disso, a evolução dos custos de financiamento e da procura turística, dois fatores que continuarão a condicionar o comportamento da economia portuguesa durante os próximos trimestres.

Portugal: posição de credor/devedor líquido do setor privado, em percentagem do PIB



Fontes: Santander Asset Management; Bloomberg; LSEG Workstation

No que diz respeito à dívida pública de Portugal, teve um comportamento ligeiramente negativo face à Alemanha, embora melhor face a outros países. Em qualquer caso, os níveis continuam estreitos e próximos de mínimos históricos.

Depois de vários meses de recuo devido ao conflito, os indicadores de confiança de Portugal, tanto empresarial como dos consumidores, registaram em junho alguma recuperação. Desta forma, o nível atual do indicador de Sentimento da Comissão Europeia é consistente com um crescimento do PIB em torno de 1,5% em termos homólogos. A confiança em Portugal volta a estar ligeiramente acima da média.

A posição financeira das famílias é saudável, ao mostrar capacidade de financiamento. A do setor público encontra-se próxima do equilíbrio e é uma das mais sólidas da Zona Euro, uma vez que a maioria dos países apresenta défice. O que está por melhorar é a situação financeira das empresas, claramente deficitária, em torno de 4% do PIB e a mais elevada entre os países da Zona Euro.

Fonte Comentário global: *Deutsche Bank Macro Research – Early Morning Reid – Performance review – January to June; Refinitv LSEG Worksation*

Fonte Economia Portuguesa:

SAM; LSEG Workstation; Bloomberg

Banco de Portugal, Boletim Económico — julho 2026

1.2. Política de Investimento

Do ponto de vista de mercado, o primeiro semestre de 2026 foi marcado por um comportamento positivo das obrigações, tanto governamentais como corporativas, num contexto ainda condicionado por episódios de elevada volatilidade geopolítica. A guerra no Irão e o encerramento do estreito de Ormuz provocaram um aumento temporário da aversão ao risco e dos spreads de crédito, cujo pico foi atingido no final de março. O mercado começou a descontar subidas das taxas de referência, em resultado da aceleração dos dados de inflação, associado à subida do preço do petróleo. O BCE aumentou a taxa de referência em 0,25%, para 2,25%, embora novas subidas venham a depender da evolução dos dados macroeconómicos. Ainda assim, a posterior normalização das tensões e a tomada de posse de Warsh à frente da Reserva Federal contribuíram para estabilizar as expectativas do mercado durante a segunda metade do semestre. A *Yield* do *Bund* a 2 anos iniciou o ano em 2,126% e encerrou o dia 30 de junho de 2026 em 2,52%. Em termos de spreads de crédito, os emitentes com rating *Investment Grade* mantiveram-se globalmente estáveis durante o período, em torno dos 78 pontos base.

Este contexto continua a representar uma oportunidade interessante para o Santander Obrigações 2027, enquanto fundo com maturidade definida, ao permitir capturar níveis de yield ainda atrativos através de uma carteira de obrigações de empresas sólidas, maioritariamente com rating *Investment Grade*, selecionadas com uma ótica de manutenção até à maturidade. Criado em 2024 e com maturidade prevista para 2027, o fundo vai reduzindo progressivamente a sua sensibilidade às variações de mercado à medida que a *duration* diminui, aproximando-se gradualmente do perfil de risco de um fundo de curto prazo, sem abdicar da diversificação por setores, geografias e emitentes individuais.

O Fundo terminou o semestre com uma YTM (*Yield to Maturity*) de 2,87%, uma YTW (*Yield to Worst*) de 2,79% e uma *modified duration* de 1,07 anos, investido 97,9% da sua carteira em obrigações e com 2,1% em liquidez, o fundo manteve um rating médio de BBB+. Em termos setoriais, a Banca, o setor Automóvel e *Utilities* são os três principais setores em que o fundo está investido, com pesos de 40%, 14,8% e 9,5%, respetivamente. Em termos geográficos, França, Estados Unidos e Espanha são os três países com maior exposição, com 19%, 18% e 15%, respetivamente. Até à maturidade em 2027, o objetivo será manter a carteira próxima de "full invested", reinvestindo seletivamente os fluxos recebidos e aproveitando oportunidades de mercado que permitam otimizar a yield e a qualidade da carteira, sempre dentro da filosofia de um fundo com maturidade definida.

1.3. Informações Relativas ao Regulamento (UE) 2019/2088

Os investimentos do OIC podem estar sujeitos a riscos de sustentabilidade que incluem riscos ambientais, sociais e de melhores práticas de governo. Estes riscos podem ter impacto no investimento tal como risco de mercado, risco operacional ou ainda risco legal.

Os riscos de sustentabilidade dos OIC que não seguem critérios "ASG" podem ter um impacto material (como riscos financeiros) no valor dos seus investimentos a médio e longo prazo. Estes riscos podem chegar a reduzir os benefícios, o capital disponível e importar alteração de preço dos ativos ou respetiva falta de pagamento, que podem gerar um impacto no crédito, liquidez e riscos de financiamento (funding).

A entidade gestora dispõe de ferramentas e procedimentos para a integração dos riscos de sustentabilidade nos processos de investimento.

A entidade gestora considera os principais impactos adversos das suas decisões de investimento nos fatores de sustentabilidade (fatores "ASG"), de acordo com uma metodologia e indicadores próprios.

Os investimentos que integram a carteira do Fundo não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Mais informação a propósito de matérias ASG (Ambientais, Sociais e de melhores práticas de Governo) pode ser consultada em https://www.santanderassetmanagement.pt/documentos/politicas.

1.4. Evolução das Unidades de Participação

A evolução histórica das Unidades de Participação do Fundo e o respetivo valor unitário das mesmas nos últimos anos foi a seguinte:

Classe A

Ano	Número de Unidades de Participação	Valor da Unidade de Participação (€)
2025	14 817 472	5,3157

Em 30 de junho de 2026, o valor líquido global do Fundo da classe A ascendia a 75 196 546 euros, repartidos por 14 071 173unidades de participação, sendo o valor unitário de cada unidade de participação de 5,3440 euros.

Classe D

Ano	Número de Unidades de Participação	Valor da Unidade de Participação (€)
2025	3 346 882	5,1408

Em 30 de junho de 2026, o valor líquido global do Fundo da classe D ascendia a 16 523 745 euros, repartidos por 3 279 192 unidades de participação, sendo o valor unitário de cada unidade de participação de 5,0390 euros.

1.5. Performance

A evolução histórica das rendibilidades e risco do Fundo nos últimos anos foi a seguinte:

Classe A

Ano	Rendibilidade	Classe de Risco
2025	2,44%	2

Fonte: APFIPP e SAM SGOIC

À data de 30 de junho de 2026, a rendibilidade da classe A era de 1,29% (dados referentes aos últimos 12 meses) e o indicador de risco SRI era de 2.

Classe D

Ano	Rendibilidade	Classe de Risco
2025	2,44%	2

Fonte: APFIPP e SAM SGOIC

À data de 30 de junho de 2026, a rendibilidade da classe D era de 1,29% (dados referentes aos últimos 12 meses) e o indicador de risco SRI era de 2.

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do Indicador Sumário de Risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).



1.6. Custos e Proveitos

Descritivo	2026-06-30	2025-06-30	Variação	
			Absoluta	Relativa
Proveitos				
Juros e Proveitos Equiparados	948 302	926 297	22 005	2%
Rendimento de Títulos	0	0	0	0%
Ganhos em Operações Financeiras	934 883	1 111 545	-176 662	-16%
Reposição e Anulação de Provisões	0	0	0	0%
Outros Proveitos e Ganhos Correntes e Eventuais	45	59	-15	-25%
Total	**1 883 229**	**2 037 901**	**-154 672**	**-8%**
Custos				
Juros e Custos Equiparados	7 228	340 925	-333 697	-98%
Comissões e Taxas	354 377	226 304	128 073	57%
Comissão de gestão	330 264	209 923	120 342	57%
Comissão de depósito	16 512	10 336	6 175	60%
Outras comissões e taxas	7 601	6 045	1 556	26%
Perdas em Operações Financeiras	1 001 055	419 823	581 232	138%
Impostos	27 660	22 103	5 558	25%
Provisões para encargos	0	0	0	0%
Outros Custos e Perdas Correntes e Eventuais	1 212	616	596	97%
Total	**1 391 533**	**1 009 771**	**381 762**	**38%**
Resultado do Fundo	**491 697**	**1 028 130**	**-536 433**	**-52%**

1.7. Demonstração do Património

Descritivo	2026-06-30	2025-12-31
Valores mobiliários	88 581 773	93 241 429
Saldos bancários	3 992 933	2 521 857
Outros ativos	1 257 342	490 363
Total dos ativos	**93 832 048**	**96 253 649**
Passivo	2 111 757	282 186
Valor Líquido do OIC	**91 720 291**	**95 971 464**

1.8. Evolução dos ativos sob gestão

Descritivo	30.06.2026		31.12.2025	
	Valor	Peso Relativo	Valor	Peso Relativo
Instrumentos financeiros admitidos, em processo de admissão ou não admitidos à negociação em plataformas de negociação	89 837 139	95,74%	93 727 133	97,38%
Instrumentos financeiros cotados	89 837 139	95,74%	93 727 133	97,38%
Títulos de dívida pública	-	0,00%	-	0,00%
Obrigações diversas	89 837 139	95,74%	93 727 133	97,38%
UP's e ações de OIC que não OII (ETF's)	-	0,00%	-	0,00%
Instrumentos Financeiros não admitidos à negociação em PN	-	0,00%	-	0,00%
Unidades de participação/ações de OIC que não OII	-	0,00%	-	0,00%
Total do ativo	**93 832 048**	**95,74%**	**96 253 649**	**97,38%**

1.9. Valorimetria

Para dar cumprimento ao disposto no artigo 42.º do Regulamento CMVM n.º 2 / 2015, a SAM SGOIC, enquanto entidade responsável pela gestão do OIC identifica os seguintes critérios e metodologias adotados e os pressupostos utilizados para a valorização das diferentes categorias de ativo que integrem a carteira, com especial destaque para os valores não negociados em mercado regulamentado ou equiparados.

1.9.1. Valores mobiliários

O valor da unidade de participação dos OIC geridos é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira. Para efeitos de valorização dos ativos que integram o património do OIC, as 17 horas GMT representam o momento de referência relevante do dia.

As fontes de preços são obtidas via sistema Bloomberg através da aplicação *Data License*, sem prejuízo de, segundo o tipo de ativo a avaliar, se utilizarem outros canais, como informações remetidas por *market makers* (email, correio) ou divulgadas em websites, ou outros.

Como regra, os valores mobiliários referidos na política de investimentos deverão ser admitidos à negociação no Mercado Regulamentado de qualquer Estado-membro da União Europeia, podendo ainda ser admitidos à negociação noutros mercados, nomeadamente, e a título de exemplo: NYSE, Bolsa de Valores de Zurique, Bolsa de Valores de Tóquio e Bolsa de Valores de São Paulo.

Fundos de investimento de terceiros

O presente número aplica-se a todos os fundos não geridos pela SAM SGOIC – Fundos de Investimento geridos por terceiros, nomeadamente, Fundos Mobiliários, Exchange Trade Funds (ETFs), Fundos de Investimento Alternativo, Private Equity, Fundos de Investimento Imobiliário, Fundos de Capital de Risco, entre outros.

Em relação aos Fundos Mobiliários, não geridos pela SAM, e ETFs obtém-se a valorização através da Bloomberg utilizando o valor da última unidade de participação disponível no momento de referência relevante do dia, que em regra coincide com o valor de fecho do dia anterior (d-1).

Para os restantes tipos de fundos mencionados, como norma utiliza-se a informação disponibilizada pela sociedade gestora dos mesmos, via website, email, correio ou outro tipo de informação que permita aferir o valor a utilizar.

Títulos de dívida (obrigações)

No caso de valores representativos de dívida, e quando a SAM considera que, por falta de representatividade das transações realizadas no mercado em que esses valores estejam cotados ou admitidos à negociação, a cotação não reflete o seu presumível valor de realização, ou nos casos em que esses valores não estejam admitidos à cotação ou negociação numa bolsa de valores ou mercado regulamentado, será utilizada a cotação que de acordo com os critérios implementados na SAM melhor reflita o presumível valor de realização dos títulos em questão (bid price), no momento de referência relevante do dia.

A cotação dos títulos de dívida será obtida com recurso a:

1. Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via *Data License*), onde a seleção dos contribuidores é feita com base naqueles que se consideram melhor refletirem a informação disponível no mercado, sendo sempre uma oferta presumível do valor de realização. Neste caso, também se aplica o mesmo critério de utilização do último preço disponível no momento de referência relevante do dia.

2. Junto de *market makers* que a SAM escolha, onde será utilizada a melhor oferta de compra dos títulos em questão, ou na impossibilidade da sua obtenção o valor médio das ofertas de compra.

Em ambas as situações referidas em 1) e 2) têm que ser observados os seguintes pressupostos:

- Excluem-se as ofertas de compra firmes de entidades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a SAM SGOIC;
- Desconsideram-se médias que incluam valores cuja composição e/ou critérios de ponderação sejam desconhecidos, tais como, BVAL, BGN.

No caso de instrumentos representativos de dívida, serão ainda considerados os seguintes mercados especializados: Mercado especial de dívida pública (MEDIP); MTS; outros mercados não regulamentados, com sistemas de liquidação reconhecidos e de utilização corrente, tais como Clearstream ou Euroclear, onde estejam salvaguardadas as condições que têm como objetivo assegurar a liquidez e a adequada avaliação dos títulos objeto de transação.

3. Na situação de indisponibilidade do referido nos pontos 1. e 2., poderão ocorrer duas situações distintas:
   - Títulos que são valorizados com preços fornecidos por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos dos artigos do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Estes preços podem ser extraídos de páginas da Bloomberg ou recebidos via correio eletrónico;
   - Aplicação de modelos teóricos que a SAM considere apropriados, atendendo às características do título. A título de exemplo, descontando os fluxos de caixa estimados para a vida remanescente do título a uma taxa de juro que reflita o risco associado ao ativo. Com o objetivo de aferir da validade e fiabilidade do modelo, recorre-se à comparação direta com títulos semelhantes. A aprovação destes modelos é da competência do Comité de Riscos da SAM.

1.9.2. Instrumentos do mercado monetário

Para instrumentos do mercado monetário representativos de dívida, que sejam líquidos e transacionáveis, nomeadamente os bilhetes do tesouro, normalmente utilizam-se as cotações obtidas através de Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via *Data License*), seguindo os critérios já explicados para os títulos representativos de dívida.

Para os restantes instrumentos do mercado monetário, com prazo inferior a um ano, cujo valor possa ser determinado com precisão a qualquer momento, nomeadamente, certificados de depósito, papel comercial, e depósitos a prazo, a sua valorização será efetuada, na falta de preços de mercado, com base no reconhecimento diário do rendimento inerente à operação.

1.9.3. Instrumentos derivados

Os instrumentos financeiros derivados cotados deverão ser negociados em Bolsas e mercados regulamentados da União Europeia. Acessoriamente poderá investir ainda nos mercados CBOT, EUREX, Hong Kong Futures Exchange, Tokyo International Financial Futures Exchange e LIFFE.

O OIC poderá ainda transacionar instrumentos financeiros derivados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral desde que satisfaça os seguintes requisitos:

1. Os ativos subjacentes sejam instrumentos financeiros tais como índices financeiros, taxas de juro, de câmbio ou divisas nos quais o fundo possa efetuar as suas aplicações, nos termos dos documentos constitutivos;
2. As contrapartes nas operações sejam instituições autorizadas e sujeitas a supervisão prudencial, de acordo com critérios definidos pela legislação da União Europeia, ou sujeitas a regras prudenciais equivalentes; e
3. Os instrumentos estejam sujeitos a avaliação diária fiável e verificável e possam ser vendidos, liquidados ou encerrados a qualquer momento pelo seu justo valor, por iniciativa do fundo.

Na valorização de instrumentos derivados admitidos à negociação em mercados regulamentados, utilizar-se-á a última cotação divulgada pelos respetivos mercados no momento de referência relevante do dia. Não existindo cotação porque se trata de um instrumento derivado não admitido à negociação, ou no caso de a cotação existente não ser considerada representativa pela SAM, esta seguirá um dos dois métodos:

1. Os valores disponíveis no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIC das ofertas de compra e venda difundidas por um *market maker* da escolha da Sociedade Gestora;
2. Valores obtidos utilizando modelos teóricos que, no entender da Sociedade Gestora sejam considerados adequados às características do instrumento a valorizar. Estes modelos consistem na atualização dos cash-flows futuros para calcular o valor atual das posições em carteira, líquidos dos pagamentos a efetuar, descontados às taxas de juro implícitas na curva de rendimentos para o período de vida do instrumento em questão.

1.9.4. Câmbios

No que respeita à valorização cambial, os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados em função das últimas cotações conhecidas no momento de referência relevante do dia de valorização, divulgadas pelo Banco de Portugal, ou alternativamente, por agências internacionais de informação financeira mundialmente reconhecidas, como a Bloomberg.

A valorização dos forwards cambiais é feita diariamente, calculando o diferencial entre a taxa cambial contratada e a taxa spot.

1.10. Remunerações Atribuídas

O Montante total das remunerações atribuídas pela SAM no exercício económico findo a 30 de junho de 2026, aos seus 21 (vinte e um) colaboradores, subdivide-se em remunerações fixas e variáveis:

1. A título de remunerações fixas: 578 363 €; e,

2. A título de remunerações variáveis: 164 275 €.

Montante Agregado de Remunerações

O montante agregado da remuneração, discriminado por categorias de colaboradores, é o seguinte:

- Membros executivos dos órgãos sociais (1 colaboradores): 124 375 €;
- Colaboradores cujas atividades tem um impacto significativo no perfil de risco do OIC (1 colaborador): 44 270 €;
- Restantes colaboradores (19 colaboradores): 573 994 €.

As remunerações foram calculadas conforme definido pelos contratos de trabalho e pela política de remuneração da Sociedade. Durante o 1ºsemestre de 2026 não se detetaram irregularidades em matéria de remunerações e também não se realizaram alterações significativas à política de remuneração.

1.11. Política de Voto

No âmbito das suas atividades, a Sociedade tem o dever fiduciário de atuar no melhor interesse dos seus investidores. De acordo com os padrões de mercado, para atingir esse objetivo, um dos aspetos que a SAM leva em consideração diz respeito ao exercício dos direitos de voto, de forma eficaz e responsável.

O Grupo Santander Asset Management dispõe de uma Política de Voto, que foi estabelecida como um marco global de aplicação transversal em todas as entidades do Grupo. A partir deste documento, a SAM SGOIC definiu e fez aprovar a sua própria Política de Voto, atualizada em 2025, pode ser consultada na página web da sociedade em www.santanderassetmanagement.pt.

Esta Política, a estabelece as diretrizes a considerar no processo de voto em assembleias gerais de acionistas de sociedades cotadas em que os veículos sob gestão da SAM SGOIC investem. A Política encontra-se alinhada com a legislação aplicável e com os normativos internos voluntários que promovem as melhores práticas, sendo consistente com os objetivos respetivos de cada veículo sob gestão.

A informação necessária para decidir o voto emerge de diversas fontes que incluem a análise interna da SAM e a utilização de serviços de proxy advisors (Institutional Shareholder Services y Glass Lewis). Os serviços de proxy advisors contempla a análise da informação "ASG" de forma a poder incorporá-la nas recomendações de voto com base em modelos e melhores práticas.

Principais números em 2025

A informação detalhada das atividades de voto pode ser consultada na página web institucional da Sociedade em https://www.santanderassetmanagement.pt/documentos/politicas.

Da mesma forma, no relatório de voto da Sociedade (disponível em https://www.santanderassetmanagement.pt/documentos/politicas) são explicados os principais motivos que levaram a sociedade a votar desfavoravelmente (contra) ou a abster-se em algumas ocasiões, sempre alinhados com as melhores práticas, a regulamentação e com os padrões internacionais e locais de referência aplicáveis em cada caso.

1.12. Erros de Valorização

No exercício económico findo a 30 de junho de 2026 não houve publicidade de erros na valorização das unidades de participação do organismo de investimento coletivo, conforme divulgado no site da CMVM.

1.13. Eventos Subsequentes

No âmbito do projeto de reorganização do negócio de gestão de ativos do Grupo Santander, foram obtidas as autorizações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e da Comisión Nacional del Mercado de Valores (CNMV) para a fusão da Santander Asset Management, SGOIC, S.A. na Santander Asset Management, SGIIC, S.A.U., bem como para a subsequente constituição de uma sucursal desta última em Portugal, através da qual passará a ser desenvolvida a atividade de gestão de ativos no mercado português.

A implementação da operação encontra-se em curso, estando prevista a constituição da sucursal até ao final de 2026, em conformidade com o calendário de execução aprovado.

Com base na informação disponível à data de aprovação do presente Relatório e Contas, não se prevê que esta reorganização tenha impacto material na gestão dos Fundos, na respetiva política ou objetivos de investimento, nem nos direitos dos participantes. Os participantes serão informados de quaisquer desenvolvimentos relevantes, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis.

Lisboa, 24 de agosto de 2026

2. Relatório de Auditoria

Tel: +351 217 990 420
www.bdo.pt

Av. da República, 50 - 10º
1069-211 Lisboa

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Santander Obrigações 2027 - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações** (o "OIC"), gerido pela Santander Asset Management - SGOIC, SA (a "Entidade Gestora"), que compreendem o balanço, em 30 de junho de 2026 (que evidencia um total 93 832 048 euros e um total de capital do OIC de 91 720 291 euros, incluindo um resultado líquido de 491 697 euros), a demonstração dos resultados, e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao semestre findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Santander Obrigações 2027 - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações**, em 30 de junho de 2026, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao semestre findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *"Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras"* abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário; (ii) elaboração do

relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

(i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

(ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;

(iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;

(iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações

financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;

(v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

(vi) comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora do OIC, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 28 de agosto de 2026

Cláudia Gomes Sena,
(ROC nº 1691, inscrito na CMVM sob o nº 20161301)
em representação de BDO & Associados – SROC

3. Balanço do Santander Obrigações 2027 - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações referente ao período findo em 30 de junho de 2026

(valores em Euros) **BALANÇO** Data: **2026-06-30**

ACTIVO

Código		2026-06-30 Bruto	Mv	mv/P	Líquido	2025-12-31
	Outros Activos					
32	Activos Fixos Tangíveis das SIM					
33	Activos Fixos Intangíveis das SIM					
	Total Outros Activos das SIM					
	Carteira de Títulos					
21	Obrigações	87 466 236	1 488 789	(373 252)	88 581 773	93 241 429
22	Acções					
23	Outros Títulos de Capital					
24	Unidades de Participação					
25	Direitos					
26	Outros Instrumentos da Dívida					
	Total da Carteira de Títulos	87 466 236	1 488 789	(373 252)	88 581 773	93 241 429
	Outros Activos					
31	Outros activos					
	Total de Outros Activos					
	Terceiros					
411+...+ 418	Contas de Devedores					
424	Estado e Outros Entes Públicos					
	Total de Valores a Receber					
	Disponibilidades					
11	Caixa					
12	Depósitos à Ordem	3 992 933			3 992 933	2 521 857
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso					
14	Certificados de Depósito					
18	Outros Meios Monetários					
	Total das Disponibilidades	3 992 933			3 992 933	2 521 857
	Acréscimos e diferimentos					
51	Acréscimos de Proveitos	1 257 342			1 257 342	490 363
52	Despesas com Custo Diferido					
58	Outros acréscimos e diferimentos					
59	Contas transitórias activas					
	Total de Acréscimos e Diferimentos Activos	1 257 342			1 257 342	490 363
	TOTAL DO ACTIVO	92 716 511	1 488 789	(373 252)	93 832 048	96 253 649
	Número total de Unidades de Participação em circulação- Classe A				14 071 173	14 817 472
	Número total de Unidades de Participação em circulação- Classe D				3 279 192	3 346 882

CAPITAL E PASSIVO

Código		2026-06-30	2025-12-31
	Capital do OIC		
61	Unidades de Participação	86 751 827	90 821 771
62	Variações Patrimoniais	2 861 594	3 112 578
64	Resultados Transitados	2 037 115	635 516
65	Resultados Distribuídos	(421 942)	(265 998)
66	Resultado Líquido do Período	491 697	1 667 597
67	Dividendos antecipados das SIM		
	Total do Capital do OIC	91 720 291	95 971 464
	Provisões Acumuladas		
481	Provisões para Encargos		
	Total de Provisões Acumuladas		
	Terceiros		
421	Resgates a Pagar aos Participantes	2 039 507	205 776
422	Rendimentos a Pagar aos Participantes		
423	Comissões a Pagar	59 554	63 839
424+...+429	Outras contas de Credores	11 678	11 771
43+12	Empréstimos Obtidos		
44	Pessoal		
46	Accionistas		
	Total de Valores a Pagar	2 110 739	281 386
	Acréscimos e diferimentos		
55	Acréscimos de Custos	1 018	800
56	Receitas com Proveito Diferido		
58	Outros Acréscimos e Diferimentos		
59	Contas transitórias passivas		
	Total de Acréscimos e Diferimentos Passivos	1 018	800
	TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	93 832 048	96 253 649
	Valor Unitário da Unidade Participação-Classe A	5,3440	5,3157
	Valor Unitário da Unidade Participação-Classe D	5,0390	5,1408

(valores em Euro)

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Data: **2026-06-30**

DIREITOS SOBRE TERCEIROS

Código		2026-06-30	2025-12-31
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	Total		
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	Total		
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções		
935	Futuros		
	Total		
	Compromissos de Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
944	Valores cedidos em garantia		
945	Empréstimos de valores		
	Total		
	TOTAL DOS DIREITOS		
99	*CONTAS DE CONTRAPARTIDA*		

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS

Código		2026-06-30	2025-12-31
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	Total		
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	Total		
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções		
935	Futuros		
	Total		
	Compromissos Com Terceiros		
942	Subscrição de títulos		
944	Operações a prazo (reporte de valores)		
945	Valores recebidos em garantia		
	Total		
	TOTAL DAS RESPONSABILIDADES		
99	*CONTAS DE CONTRAPARTIDA*		

4. Demonstração dos Resultados do Santander Obrigações 2027 - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações referente ao período findo em 30 de junho de 2026

(valores em Euros) **DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS** Data: **2026-06-30**

CUSTOS E PERDAS				*PROVEITOS E GANHOS*			
Código		**2026-06-30**	**2025-06-30**	**Código**		**2026-06-30**	**2025-06-30**
	Custos e Perdas Correntes				**Proveitos e Ganhos Correntes**		
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados		
711+...+718	De Operações Correntes	7 228	340 925	812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	935 245	895 806
719	De Operações Extrapatrimoniais			811+814+817+818	De Operações Correntes	13 057	30 491
	Comissões e Taxas			819	De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	133	947		Rendimentos de Títulos e Outros Activos		
724+...+728	Outras, de Operações Correntes	354 245	225 357	822+...+824+825	Da Carteira de Títulos e Outros Activos		
729	De Operações Extrapatrimoniais			829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	1 001 055	419 823	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	934 883	1 111 545
731+738	Outras, em Operações Correntes			831+838	Outros, em Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais			839	Em Operações Extrapatrimoniais		
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
7411+7421	Imposto sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniai			851	Provisões para Encargos		
7412+7422	Impostos Indirectos	27 660	22 103	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	45	59
7418+7428	Outros impostos						
	Provisões do Exercício				*Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)*	1 883 229	2 037 901
751	Provisões para Encargos						
77	Outros Custos e Perdas Correntes	1 212	616	89	**Outros Proveitos e Ganhos das SIM**		
	Total dos Custos e Perdas Correntes (A)	1 391 533	1 009 771		*Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)*		
79	**Outros Custos e Perdas das SIM**				**Proveitos e Ganhos Eventuais**		
	Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)			881	Recuperação de Incobráveis		
				882	Ganhos Extraordinários		
	Custos e Perdas Eventuais			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
781	Valores Incobráveis			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais		
782	Perdas Extraordinárias						
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores				*Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)*		
788	Outras Custos e Perdas Eventuais						
	Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)						
63	Impostos Sobre o Rendimento do Exercício						
66	**Resultado Líquido do Período**	491 697	1 028 130	66	**Resultado Líquido do Período**		
	TOTAL	1 883 229	2 037 901		*TOTAL*	1 883 229	2 037 901
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Activos	868 940	1 586 580	F-E	Resultados Eventuais [(F)-(E)]		
8x9-7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais			B+D+F-A-C-E+74	Resultados Antes de Impostos	519 357	1 050 233
B-A	Resultados Correntes [(B)-(A)]	491 697	1 028 130	B+D+F-A-C-E	Resultado Líquido do Período	491 697	1 028 130

5. Demonstração dos Fluxos de Caixa do Santander Obrigações 2027 - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações referente ao período findo em 30 de junho de 2026

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-06-2026	30-06-2025
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
RECEBIMENTOS:	**4 246 107**	**32 647 817**
Subscrições de unidades de participação	4 246 107	32 647 817
Comissão de Subscrição		
Comissão de Resgate		
PAGAMENTOS:	**(7 155 246)**	**(3 476 810)**
Resgates de unidades de participação	(6 733 304)	(3 210 813)
Rendimentos pagos aos participantes	(421 942)	(265 998)
Fluxo das Operações sobre as Unidades do OIC	**(2 909 138)**	**29 171 006**
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS		
RECEBIMENTOS:	**6 056 635**	**4 749 556**
Venda de títulos e outros ativos da carteira	5 891 052	3 295 056
Reembolso de títulos e outros ativos da carteira	4 000	1 401 500
Resgates de unidades de participação noutros OIC		
Rendimento de títulos e outros ativos da carteira		
Juros e proveitos similares recebidos	161 583	53 000
Outros recebimentos relacionados com a carteira		
PAGAMENTOS:	**(1 305 021)**	**(33 966 667)**
Compra de títulos e outros ativos da carteira	(1 297 567)	(33 624 688)
Subscrição de unidades de participação noutros OIC		
Subscrição de títulos e outros ativos		
Juros e custos similares pagos	(7 228)	(340 925)
Comissões de Bolsa suportadas		
Comissões de corretagem		
Outras taxas e comissões	(226)	(1 053)
Fluxo das Operações da Carteira de Títulos e Outros Ativos	**4 751 614**	**(29 217 111)**
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
RECEBIMENTOS:		
Operações cambiais		
Operações de taxa de juro		
Operações sobre cotações		
Margem inicial em contratos de futuros e opções		
PAGAMENTOS:		
Operações cambiais		
Operações de taxa de juro		
Operações sobre cotações		
Margem inicial em contratos de futuros e opções		
Comissões em contratos de futuros		
Fluxo das Operações a Prazo e de Divisas		
OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE		
RECEBIMENTOS:	**15 784**	**28 019**
Juros de depósitos bancários	15 740	27 959
Outros recebimentos correntes	45	59
PAGAMENTOS:	**(387 183)**	**(227 101)**
Comissão de gestão	(292 875)	(173 121)
Comissão de depósito	(61 332)	(36 665)
Compras com acordo de revenda		
Impostos e taxas	(32 007)	(16 531)
Outros pagamentos correntes	(969)	(784)
Fluxo das Operações de Gestão Corrente	**(371 399)**	**(199 083)**
OPERAÇÕES EVENTUAIS		
RECEBIMENTOS:		**202**
Outros recebimentos de operações eventuais		202
PAGAMENTOS:		**(202)**
Valores Exerc. Ant.		(202)
Outros pagamentos de operações eventuais		
Fluxo das Operações Eventuais		**0**
Saldo dos Fluxos de Caixa do Período:	**1 471 077**	**(245 188)**
Disponibilidades no Início do Período:	**2 521 857**	**2 053 491**
Disponibilidades no Fim do Período:	**3 992 933**	**1 808 303**

6. Divulgações às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

(valores expressos em euros)

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regulamento da CMVM n.º 06/2013 emitido pela CMVM em 12 de setembro de 2013. As Notas que não constam deste Relatório são "não aplicáveis".

Nota 1 – Capital do Fundo

Os movimentos ocorridos no capital do Fundo durante o período findo em 30 de junho de 2026 apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	31-12-2025	Subscrições		Resgates		Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	30-06-2026
		Categoria A	Categoria D	Categoria A	Categoria D				
Valor base	90 821 771	3 682 788	320 961	(7 414 280)	(659 413)	-	-	-	86 751 827
Diferença p/Valor Base	3 112 578	237 608	4 751	(481 965)	(11 377)	-	-	-	2 861 594
Resultados distribuídos	(265 998)	-	-	-	-	(155 944)	-	-	(421 942)
Resultados acumulados	635 516	-	-	-	-	(265 998)	1 667 597	-	2 037 115
Resultados do período	1 667 597	-	-	-	-	-	(1 667 597)	491 697	491 697
Total	**95 971 464**	**3 920 395**	**325 712**	**(7 896 246)**	**(670 790)**	**(421 942)**	**0**	**491 697**	**91 720 291**
Nº de Unidades participação									
Categoria A	14 817 472	736 558	-	(1 482 856)		-	-	-	14 071 173
Categoria D	3 346 882	-	64 192	-	(131 883)	-	-	-	3 279 192
Valor Unidades participação									
Categoria A	5,3157	5,3226	-	5,3250	-	-	-	-	5,3440
Categoria D	5,1408	-	5,0740	-	5,0863	-	-	-	5,0390

A relação entre Participante e Unidades de Participação é a seguinte:

Escalões	Número de participantes	
	Categoria A	Categoria D
Ups>= 25%	-	-
10%<= Ups < 25%	-	-
5%<= Ups < 10%	-	-
2%<= Ups < 5%	1	5
0.5%<= Ups < 2%	10	40
Ups<0.5%	2 257	435
TOTAL	**2 268**	**480**

O valor de cada Unidade de Participação e o valor líquido global do Fundo foi o seguinte:

Ano	Data	Categoria A			Categoria D			Total	
		VLGF	Valor da UP	Nº UP em circulação	VLGF	Valor da UP	Nº UP em circulação	VLGF	Nº UP em circulação
2026	30/jun/26	75 196 546	5,3440	14 071 173	16 523 745	5,0390	3 279 192	91 720 291	17 350 365
	31/mai/26	77 487 945	5,3333	14 529 078	16 427 296	5,0289	3 266 599	93 915 241	17 795 677
	30/abr/26	78 310 670	5,3162	14 730 465	16 325 371	5,0128	3 256 749	94 636 041	17 987 214
	31/mar/26	78 666 030	5,2993	14 844 544	16 342 209	4,9968	3 270 515	95 008 239	18 115 059
	28/fev/26	79 868 252	5,3407	14 954 729	17 116 607	5,1649	3 314 000	96 984 859	18 268 729
	31/jan/26	79 423 204	5,3310	14 898 243	17 057 077	5,1556	3 308 436	96 480 281	18 206 679
2025	31/dez/25	78 765 732	5,3157	14 817 472	17 205 732	5,1408	3 346 882	95 971 464	18 164 354
	30/set/25	71 743 833	5,2961	13 546 663	14 841 662	5,1218	2 897 746	86 585 495	16 444 409
	30/jun/25	62 655 866	5,2761	11 875 502	13 588 595	5,1025	2 663 145	76 244 461	14 538 647
	31/mar/25	50 150 558	5,2226	9 602 648	11 152 269	5,0507	2 208 049	61 302 827	11 810 697
2024	31/dez/24	38 132 279	5,1890	7 348 677	7 933 543	5,1469	1 541 409	46 065 822	8 890 087
	30/set/24	19 400 364	5,1628	3 757 711	3 022 990	5,1210	590 314	22 423 354	4 348 025
	30/jun/24	10 577 975	5,0389	2 099 274	528 808	5,0004	105 753	11 106 783	2 205 027
	31/mar/24	587 347	5,0029	117 401	-	-	-	587 347	117 401

Nota 3 – Carteira de Títulos

Em 30 de junho de 2026 esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
01 - Instr.Fin.Cotados,em Admis. e Não Cotad.						
01.01 - Instrumentos Financeiros Cotados						
01.01.03 - Obrigações diversas						
CXGD 0.375 21/09/27	1 919 479	69 761	-	1 989 240	5 815	1 995 055
MBGGR 1% 15/11/27	1 528 546	32 798	-	1 561 344	9 995	1 571 339
URWF 0,625% 04/05/27	948 706	32 434	-	981 140	993	982 133
RENAUL 4.75 06/07/27	1 446 560	-	(26 610)	1 419 950	65 589	1 485 539
KBCBB 4.375 23/11/27	1 640 005	-	(30 037)	1 609 968	42 192	1 652 160
OMC 0.8% 08/07/27	1 908 363	50 197	-	1 958 560	15 693	1 974 253
SLB 0.25 15/10/27	1 404 188	49 462	-	1 453 650	2 661	1 456 311
ICADFP 1,5% 13/09/27	1 829 540	36 640	-	1 866 180	22 722	1 888 902
CAFP 2,625% 15/12/27	1 884 604	11 083	-	1 895 687	27 055	1 922 742
BPCEGP 0.5 15/09/27	1 447 582	45 803	-	1 493 385	5 938	1 499 323
ACAFP 0.125 09/12/27	1 847 594	78 126	-	1 925 720	1 397	1 927 117
SOCGEN 4% 16/11/27	1 954 696	-	(25 854)	1 928 842	47 266	1 976 107
HEIGR 1.125 01/12/27	1 918 688	34 412	-	1 953 100	13 068	1 966 168
NYKR 1,375% 12/07/27	1 618 194	36 062	-	1 654 256	22 377	1 676 633
REPSM 0.25% 02/08/27	1 891 502	55 858	-	1 947 360	4 562	1 951 922
PLD 0,25% 10/09/27	1 682 588	60 856	-	1 743 444	3 625	1 747 069
SKGID 1.5% 15/09/27	974 324	20 076	-	994 400	3 644	998 044
CITIG 0,50 08/10/27	1 831 169	35 752	-	1 866 921	19 631	1 886 552
TELE 1.201% 21/08/27	1 427 507	40 888	-	1 468 395	11 003	1 479 398
TACHE 0,75% 09/07/27	1 181 859	11 073	-	1 192 932	27 563	1 220 495
MRLS 2,375% 13/07/27	1 891 734	60 766	-	1 952 500	11 795	1 964 295
CMZB 3% 14/09/27	1 410 350	48 325	-	1 458 675	6 884	1 465 559
CAIXA 0,875 28/10/27	1 620 170	41 495	-	1 661 665	13 786	1 675 451
CXGD 0.375 21/09/27	1 607 036	55 904	-	1 662 940	402	1 663 342
MBGGR 1% 15/11/27	1 626 933	60 895	-	1 687 828	4 633	1 692 461
URWF 0,625% 04/05/27	1 584 438	54 260	-	1 638 698	1 386	1 640 084
RENAUL 4.75 06/07/27	1 852 722	87 518	-	1 940 240	830	1 941 070
KBCBB 4.375 23/11/27	1 616 691	47 235	-	1 663 926	13 460	1 677 386
OMC 0.8% 08/07/27	1 589 929	63 321	-	1 653 250	4 663	1 657 913
SLB 0.25 15/10/27	1 608 494	50 094	-	1 658 588	9 868	1 668 456
ICADFP 1,5% 13/09/27	1 710 192	49 956	-	1 760 148	12 058	1 772 206
CAFP 2,625% 15/12/27	2 149 334	-	(25 352)	2 123 982	83 079	2 207 061
BPCEGP 0.5 15/09/27	1 689 823	6 726	-	1 696 549	39 446	1 735 995
ACAFP 0.125 09/12/27	1 718 642	-	(31 995)	1 686 647	63 988	1 750 635
SOCGEN 4% 16/11/27	1 928 909	-	(15 704)	1 913 205	49 895	1 963 100
HEIGR 1.125 01/12/27	1 950 081	-	(25 419)	1 924 662	47 240	1 971 902
NYKR 1,375% 12/07/27	926 182	-	(18 703)	907 479	27 527	935 006
REPSM 0.25% 02/08/27	1 450 831	-	(23 237)	1 427 594	38 145	1 465 739
PLD 0,25% 10/09/27	1 656 512	-	(29 232)	1 627 280	44 603	1 671 883
CITIG 0,50 08/10/27	1 364 125	21 735	-	1 385 860	719	1 386 579
TELE 1.201% 21/08/27	1 646 629	-	(26 629)	1 620 000	65 014	1 685 014
TACHE 0,75% 09/07/27	1 644 784	-	(23 152)	1 621 633	53 133	1 674 765
MRLS 2,375% 13/07/27	1 939 752	24 848	-	1 964 600	20 548	1 985 148
CAIXA 0,875 28/10/27	959 891	21 599	-	981 490	10 151	991 641

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
BKTSM 0.625 06/10/27	1 642 311	29 435	-	1 671 746	15 440	1 687 186
BACRED 1 08/09/27	1 941 053	-	(22 395)	1 918 658	40 570	1 959 228
CCBGBB 0.375 08/6/27	1 653 256	26 293	-	1 679 549	1 607	1 681 156
MS 0.406 29/10/27	2 127 374	-	(14 522)	2 112 852	55 341	2 168 193
TOY 0,125% 05/11/27	1 633 486	-	(18 286)	1 615 200	44 504	1 659 704
RBIAV 0.05 01/09/27	1 913 642	-	(8 417)	1 905 225	50 265	1 955 490
CLNXSM 1% 15/09/27	1 642 635	26 425	-	1 669 060	16 418	1 685 478
ANES 0,375% 07/10/27	1 581 258	10 678	-	1 591 936	26 121	1 618 057
OPBAN 0,625 27/07/27	1 901 343	-	(7 708)	1 893 635	29 060	1 922 695
	87 466 236	1 488 789	(373 252)	88 581 773	1 255 366	89 837 139
TOTAL	**87 466 236**	**1 488 789**	**(373 252)**	**88 581 773**	**1 255 366**	**89 837 139**

O movimento ocorrido na rubrica Disponibilidades, durante o período findo em 30 de junho de 2026 foi o seguinte:

Descrição	2025-12-31	Aumentos	Reduções	30-06-2026
Depósitos à ordem	2 521 857	10 318 527	8 847 450	3 992 933
TOTAL	2 521 857	10 318 527	8 847 450	3 992 933

Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras do Fundo foram preparadas de acordo com o definido pelo Decreto-Lei nº 27/2023 de 28 de abril e pelas Normas Regulamentares emitidas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre a contabilização das operações dos Organismos de Investimento Coletivo.

a) Carteira de Títulos

A valorização dos ativos que compõem a carteira do Fundo é efetuada de acordo com as seguintes regras:

Para valores mobiliários cotados

- Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflete os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transacções.
- Para a valorização de ativos cotados, é tomada como referência a cotação de fecho ou o preço de referência divulgado pela entidade gestora do mercado onde os valores se encontram cotados do dia da valorização ou o último preço conhecido quando aqueles não existam.
- Para a valorização de Obrigações cotadas ou admitidas à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço disponível no momento de referência do dia a que respeita a valorização.
- No caso de não existir preço disponível, é considerada a última oferta de compra firme, ou na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na indisponibilidade do ponto acima referido, é considerado o valor resultante da aplicação de modelos teóricos que a Entidade Gestora considere mais apropriados atendendo às caraterísticas do título, nomeadamente o modelo dos cash-flows descontados.
- Para a valorização de instrumentos derivados, cotados ou admitidos à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço de referência do dia a que respeita a valorização.

Para valores mobiliários não cotados

- A valorização de valores em processo de admissão à cotação tem por base a valorização de valores mobiliários da mesma espécie, emitidos pela mesma entidade e admitidos à cotação, tendo em conta as caraterísticas de fungibilidade e liquidez entre as emissões.
- A valorização dos ativos não cotados tem em conta o seu presumível valor de realização e assentará em critérios que tenham por base o valor das ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e de venda, difundidas através de entidades especializadas, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na impossibilidade de aplicação do referido, recorrem-se a modelos de avaliação utilizados e reconhecidos universalmente nos mercados financeiros, assegurando-se que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado.
- Para a valorização das Obrigações não cotadas nem admitidas à negociação em mercado regulamentado, será considerado o presumível valor de oferta de compra firme ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem e relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na indisponibilidade deste, num prazo máximo de 15 dias, será considerado o valor resultante da aplicação de modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros que a Entidade Gestora considere mais apropriado atendendo às caraterísticas dos títulos.
- São equiparados a valores não cotados, para efeitos de valorização, os valores cotados que não sejam transaccionados nos 15 dias que antecedem a respetiva valorização.
- Para a valorização de instrumentos financeiros derivados OTC, será considerado o preço de compra ou de venda firme, consoante se trate de posições compradas ou vendidas respetivamente; na indisponibilidade deste será considerado, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que as entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na ausência deste último, será considerado o valor resultante da aplicação do modelo de avaliação Black-Scholes, à exceção dos Credit Default Swaps com maturidade inferior a doze meses os quais serão valorizados ao valor de amortização, caso não ocorram eventos de crédito que possam originar variações no preço do valor de amortização.

Valorização cambial

- Os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados ao câmbio indicativo do Banco de Portugal do próprio dia, difundido através do sistema "Reuters".

b) Valorização das Unidades de Participação

O valor líquido do Fundo é determinado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação.

O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

A rubrica de Variações Patrimoniais resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate, respetivamente.

c) Contratos de "Futuros"

As posições abertas em contratos de Futuros são refletidas em contas extra-patrimoniais, sendo valorizadas diariamente com base nas cotações de mercado. Os lucros e prejuízos realizados ou potenciais são reconhecidos em proveitos ou custos do exercício na rubrica "Ganhos ou Perdas em Operações Financeiras", sendo os ajustamentos de cotações diários refletidos em contas de "Acréscimos e diferimentos" e transferidos no dia seguinte para a conta de depósitos à ordem associada.

A margem inicial associada aos respetivos contratos é registada na rubrica "Contas de devedores".

d) Especialização dos exercícios

O Fundo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Nota 12 – Exposição ao Risco de Taxa de Juro

À data de 30 de junho de 2026 o Fundo detinha ativos de taxa de juro fixa cuja maturidade é seguinte:

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extra-Patrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	5 713 210	-	-	-	-	5 713 210
de 1 a 3 anos	84 123 929	-	-	-	-	84 123 929
de 3 a 5 anos	-	-	-	-	-	-
de 5 a 7 anos	-	-	-	-	-	-
mais de 7 anos	-	-	-	-	-	-

Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados

O cálculo da exposição global em instrumentos financeiros derivados é efetuado pelo Fundo através da abordagem baseada nos compromissos, a qual corresponde, conforme definido pelo Artigo 17º do Regulamento nº 2/2015, ao somatório, em valor absoluto, dos seguintes elementos:

a) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a cada instrumento financeiro derivado para o qual não existam mecanismos de compensação e de cobertura do risco;

b) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a instrumentos financeiros derivados, líquidas após a aplicação dos mecanismos de compensação e de cobertura do risco existentes; e

c) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes associadas a técnicas e instrumentos de gestão, incluindo acordos de recompra ou empréstimo de valores mobiliários.

Apresenta-se de seguida o cálculo reportado a 30 de junho de 2026:

	Perda potencial no final do período em análise	Perda potencial no final do exercício anterior
Carteira sem derivados	91 720 291	95 971 464
Carteira com derivados	91 720 291	95 971 464
	0,00%	0,00%

Nota 15 – Custos Imputados

No período findo em 30 de junho de 2026 foram imputados ao Fundo os seguintes custos:

Encargos	Categoria A		Categoria D	
	Valor	%VLGF [1]	Valor	%VLGF [1]
Comissão de Gestão Fixa	275 045	0,35%	58 522	0,35%
Comissão de Depósito	14 160	0,02%	3 012	0,02%
Taxa de Supervisão	5 942	0,01%	1 264	0,01%
Custos de Auditoria	840	0,00%	179	0,00%
Outros Custos Correntes	19 919	0,03%	4 236	0,03%
TOTAL	315 905		67 212	

[1] Valor médio relativo ao periodo de referência